

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA- CIAMP RUA

Comitê Intersetorial de Acompanhamento das Políticas para a População em Situação de Rua

Data: 27 de agosto de 2026.

Local: Câmara Municipal de Ponta Porã – MS.

Pauta: Protocolo Municipal de Abordagem, Proteção e Segurança à População em Situação de Rua.

Presentes: Representantes de órgãos da Administração Municipal, do Poder Legislativo, do Ministério Público, de entidades da rede socioassistencial e de saúde, de instituições religiosas, do comércio local e da sociedade civil, conforme Lista de Presença.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se, em caráter extraordinário, nas dependências da Câmara Municipal de Ponta Porã – MS, os membros e representantes do Comitê Intersetorial de Acompanhamento das Políticas para a População em Situação de Rua (CIAMP Rua), com a finalidade de discutir e definir o Protocolo Municipal de Abordagem, Proteção e Segurança à População em Situação de Rua.

A Secretária Municipal de Cidadania e Inclusão Social, Sra. Dilma da Silva Leite, deu início aos trabalhos agradecendo a presença de todos. Em sua fala inicial, discorreu sobre a reativação do CIAMP Rua e sobre a necessidade que motivou tal medida, ressaltando a imprescindibilidade da participação de todos os membros da rede. Esclareceu que, diante da situação atual, é necessária a adoção de ações práticas voltadas à resolução do problema, e que a presente reunião foi agendada com o objetivo de discutir, em conjunto, ações concretas.

Informou que a Secretaria Municipal de Cidadania e Inclusão Social, por meio do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), vem executando o serviço, mas que, diante da complexidade da situação atual, é indispensável a atuação de toda a rede de forma conjunta, uma vez que algumas situações extrapolam a atribuição específica do Centro POP. Propôs, assim, o desenvolvimento de ações a serem executadas por cada órgão da rede, dentro de suas respectivas competências.

Em seguida, solicitou que os presentes se identificassem, tendo se apresentado representantes da APAE (Sra. Jussara), da Associação Comercial, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Paróquia São Charbel e de comerciantes locais, dentre outros presentes.

1. MANIFESTAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Com a palavra, a Presidente da OAB – Subseção de Ponta Porã esclareceu que, diante da situação atual, a abordagem a ser adotada deve incluir a articulação com o Poder Judiciário e o Ministério Público, inclusive em razão de a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN) estar utilizando o endereço do Centro POP como referência para pessoas egressas do regime fechado que progridem ao regime semiaberto, para fins de monitoramento eletrônico, destacando a necessidade de convocar o Poder Judiciário para demonstrar que essa situação precisa ser resolvida, uma vez que, ao constar o Centro POP como endereço de referência, tais pessoas ficam impedidas de deixar a cidade.

Na sequência, a Presidente da APAE relatou a situação atual das imediações da instituição, mencionando a existência de sujeira, barracas e uso de drogas no local, além de ter presenciado, por volta das 10h da manhã, usuários praticando ato sexual naquele mesmo ponto, bem como registros de assaltos e demais situações que geram insegurança não apenas aos servidores do serviço, mas também aos pais e alunos da instituição. Ressaltou que a situação atual demanda a atuação conjunta de todos os órgãos, pois o problema envolve o uso de drogas, dependentes químicos, pessoas com transtornos mentais e também indivíduos que praticam ilícitos, mencionando, ainda, a impossibilidade de comparecimento do Promotor de Justiça, Dr. Gabriel, em razão de licença por motivo de saúde.

Dando continuidade, o padre da Paróquia São Charbel, Sr. Lucas Antônio Baladi, mencionou que chegou ao município há aproximadamente dois meses e não esperava encontrar uma situação semelhante à observada em São Paulo, comparando-a à chamada "cracolândia", em referência ao cenário existente no entorno da igreja. Afirmou que ninguém pode ignorar o que está ocorrendo, relatando diversos fatos e ocorrências registrados em frente à igreja, com moradores de rua que ali pernoitam, deixam o local sujo e, entre os quais, há pessoas com histórico criminal, defendendo que a lei deve ser aplicada a todos, independentemente da condição de morador de rua, devendo estes responder criminalmente como qualquer cidadão, e ponderando que a situação não deve ser naturalizada por ninguém. Mencionou, ainda, a necessidade de descentralizar o Centro POP da região central do município, de forma urgente, sugerindo, em sua avaliação, a transferência para local próximo à rodoviária, o que, em sua visão, facilitaria o atendimento de pessoas oriundas de outros municípios e o retorno familiar dos moradores em situação de rua.

Em seguida, o diácono Pedro Gabriel Duarte Leon, representante da Paróquia/Igreja Matriz São José, esclareceu que, no entorno da Matriz, a situação também está degradada, relatando que os fiéis sentem-se coagidos pela presença de moradores de rua e que o local encontra-se extremamente sujo, situação que reflete o abandono observado na região central da cidade. Informou residir no município há seis meses e relatou que os moradores de rua não demonstram nenhum respeito para com os fiéis, tendo presenciado situações constrangedoras, ponderando sobre a necessidade de respostas e ações concretas, considerando tratar-se de questão de saúde pública. Reconheceu, por fim, o trabalho realizado pelo Centro POP, cujos servidores, segundo relatou, já efetuaram diversas abordagens ao público que permanece naquela esquina, embora muitas vezes sem sucesso, uma vez que as pessoas não se retiram do local.

Na sequência, a Sra. Ana, representante do Consultório na Rua, discorreu sobre a reativação do CIAMP Rua, relatando que, na primeira reunião de reativação, muitos deixaram de comparecer. Mencionou que os moradores de rua vêm se empoderando com o passar do tempo, chegando a se organizar de forma semelhante a uma facção, havendo entre eles uma liderança que comanda os demais, de modo que a população em geral tem se tornado, em certa medida, refém dessa dinâmica, relatando que, no local, os moradores de rua chegam a confrontar os próprios servidores responsáveis pelo atendimento, concluindo que a situação está fora de controle.

Com a palavra, o Secretário de Segurança discorreu sobre o trabalho de abordagem que vem sendo desenvolvido nos últimos dias, relatando que, na última ação, foram apreendidas diversas armas brancas, inclusive de fabricação artesanal (manufaturada), e que, durante as abordagens, os policiais se depararam com grande número de usuários de drogas. Ponderou que, não obstante as abordagens, é necessário observar rigorosamente a legislação e a legalidade, cabendo aos agentes atuar dentro desses limites.

Quanto ao pedido, formulado durante a reunião, de disponibilização permanente de uma viatura ("camburão") em cada ponto crítico do centro da cidade, informou não ser possível o atendimento em razão da insuficiência de efetivo, mas que já há determinação do Chefe do Executivo para que equipes sejam destinadas especificamente à ronda da área, de modo a evitar a marginalização do local. Informou, ainda, que, em parceria com a Secretaria Municipal de Obras, já foram retiradas as barracas e demais estruturas irregulares instaladas no local, e que os usuários flagrados portando arma branca serão devidamente encaminhados à Polícia Civil para a devida responsabilização. E o procedimento será feito de forma contínua.

Em seguida, o Vereador Marcelino manifestou-se sobre a necessidade de realização de uma verdadeira operação envolvendo diversas forças policiais, com atuação conjunta das áreas de segurança, no sentido de retirar os moradores de rua do local e inibir a instalação de barracas e estruturas semelhantes, independentemente do destino posterior dessas pessoas, ressaltando que todos devem responder juridicamente pelas infrações eventualmente cometidas.

Na sequência, os comerciantes locais voltaram a manifestar preocupação quanto à ausência de representantes do Ministério Público na reunião, destacando a necessidade de maior articulação entre os órgãos responsáveis para a construção de encaminhamentos efetivos para a situação apresentada. Como exemplo das preocupações relacionadas à segurança da população, foi mencionado o caso de uma pessoa em situação de rua que mantém consigo um cão da raça pitbull, sendo levantadas questões quanto à segurança de terceiros e à necessidade de observância das normas aplicáveis à guarda e circulação de animais.

Também foram suscitadas dúvidas quanto à situação documental e à regularidade migratória de algumas pessoas estrangeiras que se encontram em situação de rua no Município. Sobre esse ponto, ressaltou-se a necessidade de que eventuais situações de irregularidade sejam verificadas pelos órgãos competentes, dentro de suas respectivas atribuições.

Dando prosseguimento, o representante da Associação Comercial relatou discordar, em parte, do serviço prestado pelo Centro POP, embora reconheça tratar-se de uma exigência legal, defendendo a necessidade de providências imediatas, como, por exemplo, a retirada do Centro POP daquela localização central. Parte dos comerciantes locais reafirmou a necessidade de medidas mais efetivas, ponderando que a simples realização de reuniões sem a adoção de medidas concretas não altera a situação, e reiterou a importância da participação do Ministério Público como membro efetivo do Comitê.

Em seguida, a Coordenadora do Centro POP, Sra. Andreia, explicou os serviços prestados pela unidade, ressaltando que nem todas as demandas relatadas são de competência do Centro POP, havendo situações que demandam atuação de outras políticas públicas, especialmente da área da saúde, a exemplo dos casos que envolvem uso abusivo de álcool e outras drogas ou dependência química.

A Coordenadora esclareceu, ainda, que todos os usuários em situação de rua que se encontram no local são orientados e têm o acolhimento ofertado pela rede socioassistencial, por meio das Casas de Passagem existentes no Município, destinadas especificamente ao atendimento e acolhimento desse público. Contudo, destacou que, apesar da oferta e dos encaminhamentos realizados pela equipe, muitos usuários recusam o acolhimento disponibilizado, optando por permanecer nas ruas. Informou também que, em alguns casos, não há contato ou vínculo familiar disponível para possibilitar o retorno ao convívio familiar, o que constitui mais um fator que dificulta a construção de alternativas para a superação da situação de rua.

Ressaltou que o Centro POP permanece disponível para atendimento e acompanhamento dos usuários, com funcionamento ininterrupto, prestando as orientações, encaminhamentos e demais atendimentos pertinentes à sua finalidade, em articulação com os demais serviços da rede.

Na sequência, o Major Sato, da Polícia Militar (4º BPM), esclareceu que, mesmo após a abordagem policial e o encaminhamento à Polícia Civil, determinados delitos classificados como de menor potencial ofensivo não ensejam a prisão do indivíduo, de modo que, após a adoção dos procedimentos legais cabíveis, a pessoa acaba retornando ao mesmo local em curto espaço de tempo. Destacou, assim, que a atuação da segurança pública possui limites legais e que a resolução da problemática demanda atuação integrada entre os diferentes órgãos e políticas públicas envolvidas.

Os Vereadores Leandro Bitencourt e Carlos Bordão ressaltaram que cobrarão, na condição de membros do Poder Legislativo, a resolução da problemática junto ao Chefe do Executivo, reconhecendo que as mudanças necessárias não ocorrerão de imediato, mas que as providências cabíveis devem ser adotadas, colocando a Câmara Municipal à disposição para auxiliar no que for necessário. Novamente com a palavra, a representante da OAB mencionou que, diante da situação atual, deve-se ter em mente que o direito individual não pode se sobrepor ao interesse coletivo, devendo a atuação ocorrer de forma articulada entre todos os setores envolvidos.

Em seguida, o representante da Caixa Econômica Federal, Sr. Wagner Froes, ressaltou a problemática enfrentada pela agência, relatando que usuários permanecem em frente ao estabelecimento, causando temor às pessoas que se dirigem ao banco, e informou já ter procurado o Centro POP para se informar sobre as medidas que poderiam ser adotadas. Por fim, a representante do Ministério Público, Sra. Sherylyn Sarriol, esclareceu que a ausência do Promotor de Justiça na reunião decorre de sua licença por motivo de saúde, ressaltando ser de conhecimento de todos que a Promotoria sempre teve atuação relevante na pasta de direitos. Informou que todas as demandas apresentadas na reunião seriam repassadas ao Promotor titular, solicitando o encaminhamento da presente ata para conhecimento deste.

Em seguida, a Vereadora Natália Velasquez mencionou sobre a necessidade de atuação articulada entre toda a rede, defendendo o estabelecimento de prazos e a definição de metas para as ações, de modo que estas se tornem palpáveis e possam ser efetivamente concretizadas de forma imediata.

Com a palavra, a Secretária Municipal de Cidadania e Inclusão Social, Sra. Dilma, esclareceu que a questão relacionada ao imóvel constitui uma das problemáticas atualmente enfrentadas para a adequada estruturação do serviço. Informou que o Vereador Avelino já havia realizado visita a uma chácara, com vistas à possibilidade de utilização do espaço para essa finalidade. Contudo, ponderou que a localização do serviço deve observar as diretrizes estabelecidas pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e demais normativas aplicáveis, sendo necessária sua inserção em área central ou de fácil acesso, de modo a garantir a acessibilidade dos usuários e a articulação com a rede de serviços e demais políticas públicas.

A Secretária ressaltou, ainda, que a escolha do imóvel deve considerar não apenas a disponibilidade física do espaço, mas também a própria finalidade do serviço, de modo a evitar que o local seja utilizado ou percebido pelos usuários como uma residência permanente. Destacou que a proposta deve assegurar atendimento socioassistencial adequado, com caráter de acolhimento e proteção, sem configurar uma solução meramente habitacional que possa resultar na permanência indefinida das pessoas em situação de rua no mesmo espaço, mantendo-se, assim, a problemática sem o devido encaminhamento para a superação da situação de rua.

Por fim, o Sr. Gustavo, comerciante local, mencionou que o problema atual encontra-se em uma proporção muito grande, gerando medo na população e nos comerciantes locais diante da atitude dos moradores de rua, e manifestou entender que a maior problemática de tudo é, de fato, a facilidade de acesso às drogas por parte dos moradores de rua, sendo esse, em sua avaliação, o maior dos problemas.

2. DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Retomando a palavra, a Secretária Municipal de Cidadania e Inclusão Social, Sra. Dilma da Silva Leite, reafirmou que a atuação conjunta de toda a rede é extremamente necessária e apresentou, para definição naquele momento, o Protocolo Municipal de Abordagem, Proteção e Segurança à População em Situação de Rua, de modo que a população já saísse da reunião com uma resposta objetiva sobre a quem acionar em cada situação concreta.

Nesse sentido, foram estabelecidos os seguintes fluxos de acionamento:

- Em caso de vulnerabilidade social do morador de rua: acionar o Centro POP;
- Em caso de morador de rua em surto ou apresentando alguma alteração de saúde: acionar o Corpo de Bombeiros e/ou a área da Saúde;
- Em caso de morador de rua agressivo, portando arma ou em atitude suspeita: acionar a Guarda Civil Municipal/Polícia.

Ficou definida, ainda, a necessidade de formalização desse fluxo em protocolo próprio, com vistas a estabelecer as competências de cada setor da rede.

A Secretária solicitou a inclusão de todos os presentes em grupo de comunicação do CIAMP Rua, convidando-os para a próxima reunião do Comitê, agendada para o dia 10 de setembro de 2026, às 8h, e solicitou autorização dos presentes para que fossem incluídos no referido grupo, de forma a viabilizar o acesso ao protocolo e facilitar o contato entre os membros da rede.

3. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Secretária Municipal de Cidadania e Inclusão Social, Sra. Dilma da Silva Leite, agradeceu novamente a presença e o engajamento de todos os participantes e deu por encerrada a reunião.

(Assinado Digitalmente)

Dilma Da Silva Leite

Secretária Municipal de Cidadania e Inclusão Social